

CORREIO PAULISTANO

Richard Lourenço / REDE CÂMARA SP



O evento foi idealizado pela cientista Elaine Pádua

Mais de 100 profissionais das áreas da saúde e bem-estar

Com o apoio da vereadora Edir Sales (PSD), a Câmara Municipal da cidade de São Paulo sediou uma solenidade com o tema “A Nova Era da Saúde e Bem-Estar”. O evento sediado, idealizado pela nutricionista e cientista Elaine Pádua, homenageou mais de 100 profissionais ligados às áreas da saúde e do bem-estar do humano. “Eu costumo dizer que a prevenção de todas as doenças começa na cozinha. E eu, desde pequeno, sempre vive e trouxe à tona esse conhecimento. Como filho de médica, eu sempre tentei trazer isso de uma forma muito espontânea, através da minha penetração nas redes sociais e todos os canais. Para mim, é uma honra fazer parte disso”, disse o nutricionista Daniel Cady.

Incêndio em Faculdade da USP

A Polícia Civil abriu investigação para apurar as causas dos dois incêndios que atingiram um dos prédios da Faculdade de Direito da USP, no Largo São Francisco, região central de São Paulo. A perícia técnica deve analisar o local nos próximos dias para esclarecer a origem das chamas e dimensionar os prejuízos. Não houve registro de feridos. O imóvel atingido é o antigo Palácio do Comércio, que pertenceu à Fecap e foi construído em 1907.

Lucas Bassi | REDE CÂMARA SP



Palestra foi destinada aos servidores do Legislativo

Câmara e o uso de contraceptivos

A Câmara Municipal sediou uma palestra de conscientização sobre o uso de métodos contraceptivos destinados aos servidores do Legislativo Paulistano e outros interessados. A iniciativa reuniu servidores do Legislativo Paulistano para ampliar o conhecimento sobre as diferentes formas de prevenção da gravidez. Durante a palestra, foram apresentadas informações sobre eficácia, indicações e cuidados necessários no uso dos métodos contraceptivos. A ideia partiu do próprio doutor Carlos para trazer esse assunto de extrema importância.

Importância de se informar

A palestra reuniu os servidores da Câmara para esclarecimentos a respeito da importância de se informar na hora de escolher um método contraceptivo. O encontro mostrou as opções disponíveis e reforçou que essa escolha precisa ser feita com segurança. Durante o encontro, o médico ginecologista da Câmara destacou que existe uma variedade de métodos disponíveis.

Prêmio Inezita

A Câmara Municipal da cidade de São Paulo realiza nesta segunda-feira, 2 de março, das 19h às 22h, uma Sessão Solene para a entrega do Prêmio Inezita Barroso. A cerimônia vai acontecer no Salão Nobre da Câmara, no 8º andar do edifício, reunindo convidados e autoridades para a homenagem.

Enocultura

A Câmara Municipal da cidade de São Paulo promove, nesta segunda-feira, 2 de março, das 18h às 22h, um evento em comemoração ao Dia Mundial de Gestão Inovadora e Responsabilidade no Enoturismo e na Enocultura. A atividade será realizada no Plenário 1º de Maio, no 1º andar do edifício da Câmara.

Incêndio USP I

A Polícia Civil abriu investigação para apurar as causas dos dois incêndios que atingiram um dos prédios da Faculdade de Direito da USP, no Largo São Francisco, região central de SP, na semana passada. A perícia técnica deve analisar o local nos próximos dias para esclarecer a origem das chamas. Não houve feridos.

Incêndio USP II

O imóvel atingido é o antigo Palácio do Comércio, que pertenceu à Fecap e foi incorporado à USP em 2024 após desapropriação realizada pelo governo estadual. O edifício, tombado pelo patrimônio histórico desde 1992, foi construído em 1907 e tem cerca de 4 mil metros quadrados. A USP disse que a compra do prédio custou R\$ 18 milhões.

Santa Joana I

O Hospital e Maternidade Santa Joana firmou um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público de São Paulo após investigação sobre falhas no atendimento neonatal. A investigação foi aberta depois da morte de um recém-nascido em 2023. O acordo prevê pagamento de R\$ 1,2 milhão.

Santa Joana II

O valor se refere ao pagamento por danos morais coletivos e melhorias estruturais. A apuração apontou irregularidades identificadas por órgãos de fiscalização. O hospital afirma que o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), não está ligado ao caso específico e que colabora com todas as investigações.



Medida em caráter liminar após pedido da Procuradoria

TJ suspende demolições e novos prédios em SP

Decisão atinge alvarás com base no Plano Diretor da cidade

Da Redação

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de SP determinou a suspensão provisória da concessão de novos alvarás para demolições, cortes de árvores e construção de edifícios fundamentados na Lei de Zoneamento e no Plano Diretor. A medida foi concedida em caráter liminar após pedido da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado.

A decisão questiona a regularidade do processo de revisão das normas urbanísticas realizadas entre 2023 e 2024 pela Câmara Municipal e sancionadas pelo prefeito Ricardo Nunes. O entendimento preliminar aponta possível desrespeito a etapas do trâmite legislativo e falhas na participação popular durante a análise das mudanças.

Em manifestações anteriores sobre temas semelhantes, o poder público vinha conseguindo reverter questionamentos judiciais ao apresentar registros de audiências públicas. No entanto, o relator do caso, desembargador Luis Fernando Nishi, destacou que diversas alterações teriam sido incluídas pouco antes das votações finais, sem tempo adequado para nova discussão.

As revisões recentes ampliaram áreas da cidade onde o mercado imobiliário pode erguer prédios de maior porte, sobretudo em regiões próximas a corredores de ônibus e estações de trem e metrô. Nessas zonas, as regras permitem maior aproveitamento do terreno e flexibilização de limites

construtivos, o que tem estimulado novos empreendimentos.

O avanço de projetos imobiliários em bairros valorizados, especialmente no eixo sudoeste da capital, tem provocado mobilização de moradores contrários à demolição de casas e à verticalização acelerada. Distritos como Pinheiros estão entre os que registram maior pressão por novos empreendimentos.

Um dos principais pontos levantados pelo Ministério Público é a alteração substancial do conteúdo original dos projetos durante a tramitação legislativa. Segundo a ação, substitutivos apresentados por vereadores teriam ampliado significativamente o alcance das mudanças previstas inicialmente pelo Executivo.

Para o relator, a inclusão de temas complexos em fase final de votação compromete a transparência e exige análise técnica aprofundada, com estudos de impacto social, ambiental e viário. A decisão menciona que a continuidade da aplicação das novas regras pode gerar efeitos irreversíveis na dinâmica urbana e na vida comunitária de São Paulo.

A Câmara Municipal informou que pretende recorrer da decisão. O Legislativo sustenta que as revisões da Lei de Zoneamento seguiram os trâmites legais, com realização de dezenas de audiências públicas e apresentação de justificativas técnicas. Também argumenta que a atual ação repete questionamentos já analisados anteriormente pelo próprio tribunal de Justiça de São Paulo.